



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS DRA. JOSEFINA DEMES – FLORIANO / PI
LICENCIATURA EM LETRAS / PORTUGUÊS**



MICHELLE BARROS DE SOUSA

**A CARTA DE ESPERANÇA GARCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS ASPECTOS
IDENTITÁRIOS, SOCIAIS E HISTÓRICOS À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO**

**FLORIANO / PI
2024**

MICHELLE BARROS DE SOUSA

**A CARTA DE ESPERANÇA GARCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS ASPECTOS
IDENTITÁRIOS, SOCIAIS E HISTÓRICOS À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí – UESPI, *Campus Drª Josefina Demes*, como requisito para a obtenção do título de graduada em Licenciatura em Letras/Português.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Nunes Costa

FLORIANO / PI

2024



ANEXO À RESOLUÇÃO CEPEX 003/2021 (TCC)
ATA DE APRESENTAÇÃO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 08 dias do mês de Janeiro de 2025, às 14 horas, em sala virtual da plataforma *google meet*, na presença da banca examinadora, presidida pelo Prof. Dr. Valmir Nunes Costa e composta pelos seguintes membros: 1) Profa. Dra. Beatrice Nascimento Monteiro e 2) Profa. Ma. Janaira Caroline da Silva Rodrigues, a aluna MICHELLE BARROS DE SOUSA apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura em Letras/Português como elemento curricular indispensável à Colação de Grau, tendo como título: A CARTA DE ESPERANÇA GARCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS ASPECTOS IDENTITÁRIOS, SOCIAIS E HISTÓRICOS À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO.

A Banca Examinadora, reunida em sessão reservada, deliberou e decidiu pelo resultado Aprovado (9,5), ora formalmente divulgado ao aluno e aos demais participantes, e eu, professor Valmir Nunes Costa, na qualidade de professor titular da disciplina de TCC, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros da Banca Examinadora e pelo aluno apresentador do trabalho.

OBS. _____.

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente
gov.br VALMIR NUNES COSTA
Data: 09/01/2025 08:51:08-0300
Verifique em <https://validar.itii.gov.br>

Prof. Dr. Valmir Nunes Costa (UESPI) – Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br BEATRICE NASCIMENTO MONTEIRO
Data: 16/01/2025 17:28:37-0300
Verifique em <https://validar.itii.gov.br>

Profa. Dra. Beatrice Nascimento Monteiro (UESPI) – Examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br JANAIRA CAROLINE DA SILVA RODRIGUES
Data: 09/01/2025 10:15:58-0300
Verifique em <https://validar.itii.gov.br>

Profa. Ma. Janaira Caroline da Silva Koarigues (Membro externo) – Examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br MICHELLE BARROS DE SOUSA
Data: 09/01/2025 08:55:46-0300
Verifique em <https://validar.itii.gov.br>

MICHELLE BARROS DE SOUSA - Aluno

“²⁸Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei. ²⁹Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração; e encontrareis descanso para a vossa alma. ³⁰Porque o meu jugo é suave, e o meu fardo é leve” (Mt 11:28-30).

-Jesus Cristo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus Pai por ouvir minhas orações e ser um Pai Amoroso e Misericordioso, que sempre está presente em minha vida. Ele tem sido meu alicerce, minha força, a calma que minha alma necessita em dias turbulentos, graças ao Salvador Jesus Cristo. Agradeço por Ele sempre me manter de pé, mostrar-me que sempre há uma luz. Pois hoje sinto que não estou sozinha, que basta parar e orar que encontro forças para superar qualquer problema ou desafio. Agradeço a Deus pela *Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias*, pois, através dela, conheci pessoas maravilhosas que me auxiliaram e me auxiliam bastante, e pude me aproximar mais do Pai Celestial. Tudo isso graças a Ele.

Agradeço a minha família, que Deus escolheu, que me dá forças para persistir e lutar pelos meus objetivos. A minha mãe Maria do Socorro de Moura Barros Sousa e ao meu pai Raimundo Nonato de Sousa. Que, graças a Deus, são ótimos pais, deram-me uma boa educação e estão sempre presentes na minha vida, sendo exemplos de força, luta, coragem, persistência, resiliência, amor, união e animação.

Ao meu avô e pai, Francisco de Assis Barros, que faleceu dia 08 de outubro de 2023, e foi um grande incentivador da minha educação, me apoiando emocionalmente, financeiramente, me dando forças e sempre me ensinando a progredir. Sendo um homem que, em seu tempo livre, escrevia e me incentivava a escrever e a persistir em meus estudos. E estará sempre em meu coração.

Agradeço aos amigos que adquiri no curso, principalmente a Agrete Gomes, que esteve sempre me dando forças a prosseguir por esta caminhada, a Edilene Freitas e Márcio Glêdson, que estiveram sempre dispostos a tirar minhas dúvidas. Ao meu orientador Valmir Nunes, pelas correções e por ter nos apresentado à disciplina de Análise de Discurso, que foi fundamental para que pudesse decidir minha área de pesquisa. E à professora Lívia Maria Carvalho que me instigou a realizar esta análise sobre a Carta de Esperança Garcia, através de uma aula maravilhosa que ministrou em nossa turma.

Além disso, acrescento que sem as obras de Deus na minha vida eu nada seria. Minha vida não teria sentido; eu não teria forças para me manter constante em nada. Pensei em desistir do curso diversas vezes por pressão psicológica, mas estou aqui de pé. Aprendi que o Senhor nunca desistiu de mim, que tenho um melhor amigo chamado Jesus Cristo que se sacrificou por todos nós, e que

nenhuma adversidade que passamos na terra deve ser vista como “o fim de tudo”, pois é através destes desafios que aprendemos, crescemos, evoluímos, nos refinamos. Caso assim queiramos.

Sei que Deus nos mostra como seguir ao tomarmos como exemplo a vida de Jesus Cristo, que foi tentado e passou por diversas dificuldades até ser pregado em uma cruz e sangrar por todos os seus poros. Por isso, agradeço pelo Plano de Salvação. Dessa forma, hoje tenho noção de que para tudo há uma solução; basta ter fé, pois não estamos sozinhos. Ele nunca nos deixou só e nunca nos desamparou, e sua obra continua nesses últimos dias.

Tudo isso eu agradeço, no sagrado nome de Jesus Cristo.

Amém!

RESUMO

Este trabalho analisa a Carta de Esperança Garcia utilizando a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, refletindo sobre aspectos identitários e sócio-históricos. A pesquisa busca contribuir para os estudos em AD ao demonstrar diversas formas de significar a linguagem, ressaltando elementos de forma que o leitor, mesmo sem conhecimento prévio, entenda noções de discurso, sujeito, condição de produção e ideologia. Adotando uma abordagem qualitativa e interpretativa, a análise foca nas condições sócio-históricas, espaço de enunciação, identidade do enunciador e ideologias presentes no discurso. A relevância do estudo está em revelar outras formas de observar a linguagem, destacando as condições de vida dos povos escravizados no Brasil colonial e a coragem de Esperança Garcia ao reivindicar seus direitos. A Carta, escrita em 1770, demonstra que a linguagem pode ser um poderoso instrumento de resistência e transformação social. Principais bases teóricas: Silva (2020), Orlandi (2005), Pinsky (2010), Amaral (2011), Baseggio & Silva (2015).

Palavras-chave: Análise do Discurso Francesa; Brasil Colonial; Carta de Esperança Garcia.

ABSTRACT

This paper analyzes the Letter of Esperança Garcia using French Discourse Analysis (DA), reflecting on identity and socio-historical aspects. The research seeks to contribute to studies in DA by demonstrating different ways of signifying language, highlighting elements so that the reader, even without prior knowledge, understands notions of discourse, subject, condition of production and ideology. Adopting a qualitative and interpretative approach, the analysis focuses on socio-historical conditions, space of enunciation, identity of the enunciator and ideologies present in the discourse. The relevance of the study lies in revealing other ways of observing language, highlighting the living conditions of enslaved people in colonial Brazil and the courage of Esperança Garcia in claiming her rights. The Letter, written in 1770, demonstrates that language can be a powerful instrument of resistance and social transformation. Main theoretical bases: Silva (2020), Orlandi (2005), Pinsky (2010), Amaral (2011), Baseggio & Silva (2015).

Keywords: French Discourse Analysis; Colonial Brazil; Letter of Esperança Garcia.

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1: Atividade de interpretação textual	20
Imagen 2: Carta de Esperança Garcia.....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
2 PARA COMPREENDER A ANÁLISE DO DISCURSO.....	13
2.1 Sujeito.....	14
2.2 Ideologia e Memória.....	16
2.3 Discurso X Texto.....	18
2.3.1 Condições de Produção.....	21
2.3.2 Espaço de Enunciação.....	22
2.4 As Possibilidades de leitura.....	23
3 PERÍODO DE ESCRAVIDÃO NO BRASIL.....	25
3.1 As mulheres escravizadas.....	26
3.2 Os escravos e a escrita.....	27
3.3 A influência religiosa no Brasil Colônia.....	29
4 A CARTA DE ESPERANÇA GARCIA.....	31
4.1 A Carta de Esperança Garcia do século XVIII ao século XXI.....	32
5 METODOLOGIA.....	34
6 ANÁLISE DA CARTA DE ESPERANÇA GARCIA À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCES A.....	36
6.1 Aspectos da AD presentes na Carta de Esperança Garcia.....	36
6.1 <i>De V.Sa. sua escrava Esperança Garcia: como a sociedade molda a identidade, em uma possibilidade de leitura.</i>	37
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

INTRODUÇÃO

A Carta de Esperança Garcia é um importante documento escrito por uma escrava, que viveu no século XVIII, ao governador da Província do Piauí, em um período em que o Brasil ainda era colônia de Portugal, assumindo sua independência apenas em 1822. Essa época foi marcada pela escravidão de povos que viviam em situação de maus tratos, como será possível observar ao longo dessa pesquisa.

A autora da Carta, Esperança Garcia, era uma mulher que vivia em situação de escravidão, juntamente com sua família, na Fazenda Algodões, no interior do estado do Piauí, que foi tirada de junto do seu meio familiar e reivindica seu direito de voltar. Ela é reconhecida como a primeira advogada mulher no Brasil desde o dia 25 de novembro de 2022, por seu escrito ser considerado uma petição jurídica, pelas características que ele possui.

Na Carta, enviada em 6 de setembro de 1770, são retratadas as condições de vida de um sujeito que vivenciou a escravidão, presenciou e sofreu maus tratos, desejava estar junto de sua família e temia o dia posterior, além de ser representado como uma mulher que é mãe e esposa, e alguém que possui uma religião e deseja segui-la onde quer que esteja, além de diversas outras possíveis visões que se pode obter ao lê-la à luz da AD.

Ademais, assumindo a ideia de que há muitas maneiras de significar a linguagem, este trabalho tem como objetivo geral analisar a Carta de Esperança Garcia utilizando o aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD). Os objetivos específicos são: mostrar como a AD pode revelar diferentes ângulos e significados além do que está explicitamente exposto no texto; explorar as condições sócio-históricas, o espaço de enunciação, entre outros aspectos da AD, para analisar o discurso e construir a identidade do sujeito enunciador; e refletir sobre os possíveis efeitos de sentido que podem surgir através da análise. E, justifica-se este trabalho pela importância de revelar outras formas de observar a linguagem, destacando as condições de vida dos povos escravizados no Brasil colonial e a coragem de Esperança Garcia ao reivindicar seus direitos. Esse estudo é pessoalmente relevante, pois permite compreender a linguagem como um poderoso instrumento de resistência e transformação social.

Além disso, a análise de tal texto é de grande importância para os estudos em AD, mostrando que há outras formas de observar a linguagem; que é possível fazê-la sobressair para além da língua, e tomar outros rumos além do que está explícito, direcionando a atenção às suas entrelinhas. E assim, ir em busca de possíveis respostas, tentando enxergar mais que o objeto analisado.

O objetivo das análises é refletir sobre os possíveis efeitos de sentido que podem surgir através do enunciado. Utilizando a linguística, história e a psicanálise, que são as áreas-pilares da AD. Para buscar entender as maneiras com as quais se pode dar significado a algo, e o que pode ser usado para tal. E assim, será compreendido que, através da AD, pode-se observar um texto de diferentes ângulos, que vão além do que está exposto em sua materialidade.

Diante disso, para realizar a pesquisa, foram utilizados, como principais bases referenciais: o livro *A Leitura e os Sujeitos Leitores Inscritos em um Livro Didático de Língua Portuguesa: Uma Análise Discursiva*, autoria de Silva (2020); a obra *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*, de Orlandi (2005); o livro *A Escravidão no Brasil*, de Pinsky (2010); *História do negro no Brasil*, de Amaral (2011); a publicação *As condições femininas no Brasil colonial*, de Baseggio & Silva (2015).

Este trabalho foi dividido em 6 seções. A segunda, *Para compreender a Análise do Discurso*, irá tratar da área de forma que o leitor compreenda a análise posteriormente, e foi dividida em subseções com temas específicos oriundos do aparato-metodológico da AD. Já na terceira, chamada *Período de Escravidão no Brasil*, contará com um pouco da história do país desde o seu início da colonização, mais especificadamente voltado à escravização de pessoas, com subseções que irão relatar sobre como viviam as mulheres escravizadas; a relação dos escravos com a escrita; e como a religião, trazida pelos portugueses, influenciaram essas pessoas. Que são conteúdos presentes na carta. E a quarta irá apresentar a carta de Esperança Garcia, para que posteriormente a análise seja efetuada. Já na sexta sessão, após a metodologia que se encontra na quinta.

2 PARA COMPREENDER A ANÁLISE DO DISCURSO

Ao pensar em diversas maneiras de se estudar a linguagem, além de reduzi-la à língua, percebendo que as palavras mudam o seu significado dependendo, por exemplo, do contexto em que estão inseridas, da época em que são proferidas, e “justamente pensando que há muitas maneiras de se significar que os estudiosos começaram a se interessar pela linguagem de uma maneira particular que é a que deu origem à Análise de Discurso” (Orlandi, 2009, p.15).

A AD é uma área da linguística de fundamental importância para que se possa entender o que está no discurso e nas suas entrelinhas, pois estuda os efeitos de sentido que uma mensagem causa, levando em consideração não apenas o que foi escrito ou falado superficialmente, mas mecanismos como: o sujeito, as ideologias, as condições de produção, entre outros. Ou seja, não se trata do estudo da linguagem em si, mas sim de suas formas de significar:

[...] na AD, a materialidade linguística imbuída de discurso (textos falados, escritos e imagéticos) é apenas a “ponta do iceberg”, tendo em vista que muitos outros aspectos para além dos verbais corroboram com o sentido, estando diretamente relacionados àquilo que é dito. Nesse arcabouço teórico, o que é silenciado significa tanto quanto aquilo que é proferido (Silva, 2020, p.24).

Além disso, a AD realiza seus estudos à luz da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. São essas áreas de conhecimento que irão trazer à tona o que pode ser descoberto em um discurso: as características identitárias do sujeito; sua classe social; o contexto histórico que se encontrava ao escrever ou proferi-lo; entre outros. Além disso, ganhou mais força em 1970, “o seu desenvolvimento significou a passagem da Linguística da “frase” para a Linguística do “texto” (Gregolin, 1995, p.13). Assim, em *Michel Pêcheux e a teoria da análise do discurso*:

[...] a linguagem não é mais concebida como apenas um sistema de regras formais com os estudos discursivos. A linguagem é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável (Brasil, 2011, p.172).

Como dito anteriormente, essa área de estudo tem como objeto o discurso, que é algo que não se limita ao seu material concreto, seja ele um texto ou uma

frase ou até mesmo uma imagem. Assim sendo, nota-se que o analista não deve se prender apenas ao enunciado, mas a um conjunto de informações que envolvem o que foi dito/escrito, e, assim, realize uma análise mais abrangente, buscando a completude, mesmo que possivelmente algo ainda lhe escape, pois há sempre algo que não foi visto, ou ainda poderá ser descoberto, nas entrelinhas.

Ademais, a AD investiga como são construídas as identidades sociais e subjetividades por meio da linguagem. Pois a forma como uma pessoa se expressa e como ela é expressa em um discurso, revela muito sobre a sua posição social, o grupo ao qual pertence e suas relações interpessoais. Em suma, se trata de uma abordagem que busca entender como a linguagem se molda e é moldada pela sociedade, revelando as relações de poder e identidade que a atravessam.

Dessa forma, nas subseções seguintes, serão apontados elementos que compõem um discurso, de forma mais pontual, a fim de que se entenda como funciona a AD, e os meios que o analista poderá utilizar para que enfim consiga realizar uma análise buscando a completude das interpretações do objeto como um todo, juntamente com seus aspectos linguísticos e extralingüísticos.

2.1 Sujeito

Em meio ao discurso, encontra-se o sujeito. Um ser ideológico, que pensa e tem posicionamentos diante do contexto em que vive. Ele pode ser tanto o autor, quanto o ouvinte/leitor, participando do processo de escrita ou de leitura, por exemplo. Lembrando que cada ser tem suas particularidades, ocupam lugares sociais diferentes, entre outros aspectos, percebe-se que cada um pode ter diversas formas de pensar diante do mesmo objeto utilizado. Por isso, em primeiro momento serão tratadas, de forma separada, as noções de “sujeito-autor” e “sujeito-leitor”.

O sujeito-autor é aquele que escreve a obra pensando em seu possível leitor, alguém com características sociais, históricas, ideológicas que se encaixem no seu dizer, e assim começa a sua interação com esse ser imaginário. Por exemplo, quando Jesus explica a seus discípulos por que ele prega através de parábolas: “Os discípulos aproximaram-se dele e perguntaram: ‘Por que falas ao povo por meio de parábolas?’ Ele respondeu: ‘A vocês foi dado o conhecimento dos mistérios do Reino dos céus, mas a eles não’” (Mt.13:10-11 Nova Versão Internacional). Aí se percebe que o autor, representado por Jesus, adapta a sua linguagem para o seu

público-alvo, através de parábolas, pois para ele isso servirá para que eles melhor compreendam o que tem a dizer.

Contrapondo-se às idealizações do autor, surge o sujeito-leitor, aquele que vai interpretar o texto de acordo com o que lhe convém. Este é constituído por conhecimentos que adquiriu ao longo de sua vida. E de forma consciente, ou inconscientemente, irá atribuir esses valores a sua leitura, analisando como esse enunciado produz sentido:

Há, por um lado, os que defendem que o leitor nunca será capaz de apreender o verdadeiro sentido de um texto, pois somente o autor detém este conhecimento, e há, por outro lado, os que acreditam que os sentidos, por serem atribuídos por sujeitos que são seres únicos e diferentes, nunca se estabilizam ou repousam numa margem de significação, porque cada leitor atribui ao texto a interpretação que lhe convém, advinda de suas vivências e conhecimentos de mundo, sendo também estas únicas e irrepetíveis como o são os sujeitos (Silva, 2020, p.48-49).

Assim, o sujeito-leitor, por suas particularidades, ou seja, por ser um ser único, irá interpretar da sua própria maneira. E apenas irá pensar como o autor, se o próprio estiver ao seu lado, para mostrar no que idealizou quando escreveu ou proferiu seu discurso. Por exemplo, a Parábola do Bom Samaritano, que traz diversas interpretações, dependendo do sujeito que a analisar:

³⁰ Em resposta, disse Jesus: "Um homem descia de Jerusalém para Jericó, quando caiu nas mãos de assaltantes. Estes lhe tiraram as roupas, espancaram-no e se foram, deixando-o quase morto.

³¹ Aconteceu estar descendo pela mesma estrada um sacerdote. Quando viu o homem, passou pelo outro lado.

³² E assim também um levita; quando chegou ao lugar e o viu, passou pelo outro lado.

³³ Mas um samaritano, estando de viagem, chegou onde se encontrava o homem e, quando o viu, teve piedade dele.

³⁴ Aproximou-se, enfaixou-lhe as feridas, derramando nelas vinho e óleo. Depois colocou-o sobre o seu próprio animal, levou-o para uma hospedaria e cuidou dele.

³⁵ No dia seguinte, deu dois denários ao hospedeiro e disse-lhe: 'Cuide dele. Quando voltar lhe pagarei todas as despesas que você tiver'.

(Lc. 10:30-35, Nova Versão Internacional).

Esta parábola pode conter as seguintes interpretações: um sujeito que vive em meio ao preconceito racial ou de classe, poderá ver o samaritano como um símbolo de inclusão, alguém que, mesmo estando diante de um outro que o julga,

não o aceita como ele é, teve compaixão e decide ajudá-lo, pois, de acordo com o contexto histórico da parábola, havia uma aversão dos judeus em relação aos samaritanos; ou, um ser que pode se identificar com o sacerdote e com o levita, que viram o homem ferido mas não o ajudaram, por ser seguidor equivocado da filosofia de Epicuro, o Epicurismo, por exemplo, que decide evitar problemas que possam perturbar sua paz, deixando assim quem precisava de ajuda de lado. Ou seja, a forma de pensar vem do que está ao seu próprio redor, das ideias que tem em relação à maneira “certa” de viver.

Em suma, o sujeito, sendo ele leitor ou autor, é um ser único, que possui suas próprias ideologias, suas formas de pensar. Há diversas circunstâncias que moldam seu modo de ver, de interpretar. Pois ele é um ser ideológico, alguém moldado por tudo o que acredita ser “certo” ou “errado”, pelo que defende. Ou seja, tudo o que ele ouviu, presenciou, guardou na memória “de forma consciente ou não” forma a sua maneira de pensar. Então, mesmo que ele acredite que é dono de suas interpretações e do seu dizer, tudo o que ele pensa já foi pensado antes, não é algo inédito; ele junta todas as informações que o moldam e chega a uma opinião (Silva, 2020, p.47-48).

Dessa forma, o analista irá realizar sua pesquisa buscando a possível identidade desse sujeito, o que o molda, para entender os efeitos de sentidos produzidos no seu discurso, utilizando o momento em que ele falou ou escreveu, ou seja, seu espaço de enunciação, o contexto histórico e social em que vivia, entre outros, mostrando a interação que ocorre entre o texto e o que há ao redor dele, que faz com que haja diversas possibilidades de leitura.

Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois, para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (Orlandi, 2020, p.48-49).

2.2 Ideologia e memória

De acordo com Silva (2020, p.22), nas análises linguísticas, passa-se não apenas a considerar “o sujeito como ser isolado no mundo, mas como ser único, considerado em suas particularidades (ideologias, memórias)”, ou seja, há aspectos que acabam influenciando essa pessoa, a sua forma de pensar, de agir, o que o torna único. Fazendo-o tomar suas próprias decisões, baseadas em suas particularidades, que foram construídas através de suas formações ideológicas, que perpassam os seus discursos.

Além disso, a ideologia cria uma impressão de “liberdade” no sujeito, fazendo-o pensar que é dono do seu próprio discurso e tomar decisões e se posicionar dentro da sociedade. No entanto, de acordo com Gregolin (1995, *apud* Althusser, s.d) “a reprodução ideológica é assegurada por ‘aparelhos ideológicos’ (religioso, político, escolar etc.) em cujo interior as classes sociais se organizam em formações ideológicas (‘conjunto complexo de atitudes e representações’)”. Ou seja, a pessoa recebe, no decorrer da vida, influências externas que moldam o seu discurso.

Ademais, a ideologia, dentro da análise do discurso francesa, é o que torna um ser em sujeito. De uma forma mais simples, ela é definida como um conjunto de conhecimentos de mundo que alguém adquire ao longo de sua vida e que molda a forma como pensa, como age diante da sociedade, ou seja, um conjunto de crenças, valores e representações sociais que influenciam e estruturam a produção e a interpretação dos discursos. De acordo com Orlandi (2020, p.48), “a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito”:

A “ideologia” é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de uma determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social (Gregolin, 1995, p.17).

Assim, todos esses conhecimentos adquiridos pelo sujeito surgem a partir da sua formação social, basicamente dos discursos que ele teve acesso ao longo de sua vida. Dessa forma, a ideologia envolve a intersecção entre linguagem, poder e sociedade, sendo considerada como uma prática social, dentro da análise do discurso francesa, pelo fato de ser vista como uma construção social que se materializa nas práticas discursivas e que molda a maneira como os indivíduos e

grupos percebem e interpretam a realidade. Essa prática se dá através do que influencia a forma como se comportam, suas atitudes e, também, suas crenças.

Por outro lado, a memória traz à tona discursos anteriores que moldam o sujeito; ela é mobilizada para afirmar determinadas verdades, construir narrativas identitárias e justificar práticas sociais, fazendo retomadas daquilo que já foi visto e ouvido, e que ajudaram a formar o discurso do sujeito:

Cada discurso se ergue a partir de fatores extralingüísticos como os aspectos sociais, históricos e ideológicos, ele se forma a partir de outros discursos pré-existentes que, ao serem retomados e repetidos, são regularizados, atualizados a partir de uma memória social determinada historicamente. A memória seria aquilo que restabelece os implícitos, os não-ditos presentes em toda prática discursiva, é então um espaço de retomadas de discursos anteriores. Ela funciona como balizadora do embate entre forças ideológicas que objetivam restabelecer os implícitos e as formas antagônicas que lutam para desestabilizar os já ditos (Silva, 2020, p.34).

Dessa forma, o sujeito se molda através de suas ideologias, suas memórias que o fazem realizar o seu discurso, apresentar seu ponto de vista, tornando-o um ser que é capaz de cativar o seu leitor, sendo manifestadas como um fenômeno social e materializadas, se tornando as intenções por detrás do que é dito, ou seja, o que o enunciador deseja obter através do seu dizer, como uma fala de um político, por exemplo, que, através de todos os seus conhecimentos, os utiliza para tocar seu ouvinte. Isso faz com que permeie a linguagem e a comunicação, tendo influência na produção e recepção dos dizeres, ou seja, os efeitos de sentido.

2.3 Discurso X Texto

O discurso e o texto são dois elementos que possuem suas diferenças, mas que se unem no decorrer do processo de análise, como será percebido posteriormente. Mas, qual a diferença entre os dois? As diferenças entre eles está no fato de o segundo ser apenas um material concreto do primeiro, ou seja, um objeto, uma parte. Essa materialidade irá conter apenas a parte visível. Ele se difere de um todo, que é formado por outros aspectos, que vão além do explícito.

O texto¹ em si é um conjunto de palavras que produzem algum sentido; segundo Gregolin (1995, *apud* Greimas) “é formado por uma estrutura que articula diferentes elementos e constitui um sentido coeso e coerente”. Ele segue uma norma padrão, para que todos os nativos e pessoas que conhecem a estrutura de uma língua o entendam. E é um produto acabado, com início, meio e fim, na maioria das vezes, que pode ser examinado em si mesmo, sem levar em conta o que ocorre ao seu redor. Como é possível perceber, por exemplo, em uma atividade de interpretação textual, como essa da imagem 1:

Imagen 1: Atividade de interpretação textual

	Nome:		
LEIA E RESPONDA AS QUESTÕES:			
	<p>O Halloween, chamado de Dia das Bruxas no Brasil, é uma festa temática comemorada anualmente em 31 de outubro. Os principais símbolos usados são: abóboras com velas, fantasias de bruxas, caveiras, múmias, fantasmas, zumbis, morcegos e gatos. Além disso, as cores mais utilizadas são o preto, o roxo e o laranja.</p>		
O TEXTO TRATA EXCLUSIVAMENTE:			
<input type="checkbox"/> DIA DO FOLCLORE <input type="checkbox"/> DIA DAS CRIANÇAS <input type="checkbox"/> DIA DO HALLOWEEN <input type="checkbox"/> DIA DAS CORES			
QUAL NOME O HALLOWEEN RECEBEU NO BRASIL:			
<input type="checkbox"/> DIA DO FANTASMA <input type="checkbox"/> DIA DO MORCEGO	<input type="checkbox"/> DIA DA ABÓBORA <input type="checkbox"/> DIA DAS BRUXAS		
A COMEMORAÇÃO É FEITA ANUALMENTE NO DIA			
<input type="checkbox"/> 02 DE NOVEMBRO <input type="checkbox"/> 31 DE OUTUBRO	<input type="checkbox"/> 07 DE SETEMBRO <input type="checkbox"/> 01 DE ABRIL		
MARQUE ONDE APARECE A PALAVRA BRUXA SEPARADA CORRETAMENTE			
BR-UXA	BRU-XA	BR-U-XA	BRUX-A
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
www.ensinandocomcarinho.com.br			

Fonte, Ensinando com Carinho, s.d.

¹ A noção de texto apresentada neste trabalho segue perspectivas anteriores e pode estar desatualizada em relação a abordagens contemporâneas. Para aprofundar-se em teorias mais recentes, recomenda-se consultar: Marcuschi, L. A. (2007). *Fenômenos da linguagem*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. 168p. ISBN 978-85-86930-63-8.

Nessa atividade de interpretação textual o aluno irá realizá-la utilizando o próprio texto, somente sua materialidade, como pode ser percebido no decorrer das questões, ele não será desafiado a analisar o contexto em que ocorreu, o espaço de enunciação e muito menos a ideologia. Se trata apenas do objeto por ele mesmo.

Além disso, de acordo com Gregolin (1995, p.14) ao analisar um texto é possível chegar em sua parte discursiva, mesmo que não seja algo falado, ao notar que possui 3 níveis: o nível fundamental, que “trata-se da relação de oposição ou de diferença entre dois termos, dentro de um universo semântico”; um nível narrativo, em que “os valores fundamentais são narrativizados a partir de um sujeito”; e o nível discursivo, que é “o mais próximo da manifestação textual”, em que “as narrativas convertem-se em discurso quando assumidas pelo sujeito da enunciação”, sendo assim, “‘enriquecida’ com” as “opções do sujeito da enunciação” (Gregolin, 1995, p.14-16).

Por outro lado, o discurso é algo mais abrangente e dinâmico. Não está ligado apenas ao conteúdo verbal, mas também às práticas sociais, contextos e relações que influenciam e são influenciadas pela linguagem. Ou seja, é um ato social que produz sentidos, significados, dependendo do que está ao redor. Assim, na AD há a busca por entender como ele forma algo ou é formado. Sendo entendido como um conjunto de atos/ações/práticas que constroem uma realidade em que há interações. Abrangendo diversas formas de comunicação:

O DISCURSO é um suporte abstrato que sustenta os vários TEXTOS (concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas, das estruturas semi-narrativas. Através da Análise do Discurso é possível realizarmos uma análise interna (o que este texto diz?) e uma análise externa (por que este texto diz o que ele diz?) (Gregolin, 1995, p.17).

Ademais, a respeito do discurso ocorre o conceito de intertextualidade, ou seja, ele está sempre dialogando com outros, pré-existentes. Pois o sujeito é um ser interpelado pelo que já ouviu ou presenciou, que molda o que ele acredita, formando assim suas ideologias, que vão moldar o seu dizer ou dar sentidos a ele. Assim, não surge de forma isolada, pois daí surgem significados que vão além da materialidade, que está explícita. Então, para que a análise ocorra, é preciso levar em consideração o contexto histórico e social (as condições de produção) em que foi produzido.

Assim, o discurso é constituído pelo que está ao seu redor. E ao invés de uma simples interpretação, caberá ao analista “compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos”, pois a principal característica dele é sua incompletude, que faz parte “de todo processo de significação” (Orlandi, 2012, p.19). Assim, o que não foi dito será tão valioso quanto o que foi dito, pois ele acontece nas entrelinhas.

Nele estão contidas todas as perspectivas que são utilizadas pelo analista para compreender como o enunciado produz sentidos. Como percebido, anteriormente, ele possui sua materialidade linguística, o texto, que é sua parte completa, concreta e transparente. Mas, diferentemente desse material, é caracterizado por sua incompletude, “trazendo em si as marcas da articulação da língua com a história para significar” (Orlandi, 2012, p.63). Ou seja, não é algo completo em si mesmo, e sim, abarca o que está ao seu redor, os aspectos que dão abertura a diversas interpretações.

No entanto, se vemos no texto a contrapartida do discurso – efeito de sentidos entre locutores – o texto não mais será uma unidade fechada nela mesma. Ele vai-se abrir, enquanto objeto simbólico, para as diferentes possibilidades de leituras [...] (Orlandi, 2012, p.65).

Portanto, o concreto se abre para múltiplas visões diferentes que produziram diversos efeitos de sentido. Pois, como vimos anteriormente, cada sujeito irá colocar um pouco de si (ideologias, conhecimentos) no ato de leitura/escrita, por exemplo. Com isso, serão abordados os aspectos que compõem um discurso, para além do texto. Sendo estes de fundamental importância para a análise.

2.3.1 Condições de Produção

O discurso, como visto, é composto por diversos aspectos, e um deles são as condições de produção (CP). Nelas estão fixadas os contextos sócio-históricos, o espaço de enunciação, a identidade do enunciador, o público a quem se destina o texto, e o gênero discursivo utilizado. Tudo isso servirá para a realização da análise. As CP abarcam as perspectivas extralingüísticas presentes no texto, e são elas que “permitem ao analista do discurso ir a fundo em sua análise, elas são constitutivas

do ato discursivo, é, pois, considerando as CP que podemos dizer que os discursos são sempre incompletos, inacabados" (Silva, 2020, p.31).

Além disso, o contexto histórico, que faz parte das CP, mostra em qual situação histórica o sujeito estava presenciando ao falar ou escrever, o seja, o que exatamente ocorria ao seu redor que possa ter contribuído para a formação do seu dizer. Por exemplo, ao assistir a série *Bridgerton* (2020), para entender que uma moça não poderia ficar sozinha com um rapaz, que isso mancharia sua reputação, deve-se atentar para o fato de que nela é retratada uma sociedade que vivia no início do século XIX, em que, diferentemente do século XXI, tinha esse ato como código moral.

Outra CP é o contexto social em que o sujeito está inserido, ou seja, sua posição perante a sociedade, o que é, também, muito importante durante a análise, pois esse fator também molda o dizer, como é perceptível no filme *Shrek* (2001), por exemplo, em que todos que conhecem o protagonista, o ogro, esperam um ser feroz, então se comportam na frente dele como se fosse uma fera indomável, capaz de fazer algo ruim, então muitos demonstram susto, se afastam, correm quando o veem, assim como é perceptível em uma das primeiras cenas do filme, em que ele surgem e todos correm desesperados. Dessa forma, eles moldam seus pensamentos em relação àquela criatura, diante dos seus conhecimentos de mundo em relação a ela, a posição em que está inserido no meio social, pois ogros normalmente são associados a seres ferozes.

2.3.2 Espaço de Enunciação

Outro ponto que deve ser abordado é o espaço de enunciação. Cabe ao analista, inquestionavelmente, se perguntar em que ocasião o discurso foi dito, o local, o que estava havendo nesse lugar. Assim como o público-alvo dessa mensagem. Pois, tudo isso compõe o todo, para que se possa entender e tentar chegar na completude do texto. Um bom exemplo disso são as parábolas de Jesus, que enquanto narrativas simples e acessíveis, eram adaptadas ao contexto sociocultural de seu público, utilizando elementos familiares para transmitir lições morais e espirituais complexas.

No espaço de enunciação, a posição de Jesus, como enunciador, e as circunstâncias em que a mensagem foi transmitida são de grande importância durante a análise desses discursos. Deve-se levar em consideração que ele falava em contextos cotidianos e muitas vezes desafiadores; não era nada formal. E para isso, se utilizava de uma linguagem mais simples e situações que eram familiares de seus ouvintes, para que pudesse absorver sua mensagem.

Outro ponto, é a estrutura do texto dentro do gênero parábolas, que são narrativas curtas que contém metáforas, que não são apenas instrumentos alegóricos, mas funcionam como uma técnica de ensino-aprendizagem. Um exemplo é a parábola do “Bom Samaritano”, citada em um capítulo anterior denominado de “Sujeito”, que além de ser uma história narrada sobre compaixão, também provoca uma reflexão sobre o amor ao próximo, um dos mandamentos divinos.

Diante disso, ao realizar a análise desse gênero textual, percebe que se trata não apenas de uma história contada, mas de uma forma mais eficaz encontrada pelo enunciador, Jesus, para ensinar o povo a seguir a vontade de Deus, se adaptando à realidade deles, como é dito dentro da própria Bíblia: “Os discípulos aproximaram-se dele e perguntaram: ‘Por que falas ao povo por meio de parábolas?’ Ele respondeu: ‘A vocês foi dado o conhecimento dos mistérios do Reino dos céus, mas a eles não’” (Mt.13:10-11 Nova Versão Internacional). O que permite ao analista perceber como a linguagem e o discurso estão ligados ao espaço social em que são proferidos, e como esse lugar tem influência durante a análise.

2.4 As Possibilidades de Leitura

As leituras de um mesmo objeto, como dito anteriormente, podem ser diversas, quando feitas por pessoas diferentes. E isso vem das ideologias de cada um, que adapta sua forma de ler o que está ao seu próprio redor, ao que ele crê, presenciou, viveu e estudou. Ou seja, a forma de interpretar depende dos conhecimentos de mundo do sujeito que o realiza. Para Orlandi (2012, p.19), há dois níveis de interpretação: “o de quem fala e o de quem analisa”.

Como já percebido anteriormente, durante a discussão sobre os sujeitos do discurso, temos o sujeito-autor e o sujeito-leitor, e ambos têm pontos de vista diferentes, assim como diferentes leitores farão interpretações particulares de um

determinado texto. Um exemplo de como funcionam as possibilidades de leitura está presente na parábola do semeador:

³ Então lhes falou muitas coisas por parábolas, dizendo: "O semeador saiu a semeiar.

⁴ Enquanto lançava a semente, parte dela caiu à beira do caminho, e as aves vieram e a comeram.

⁵ Parte dela caiu em terreno pedregoso, onde não havia muita terra; e logo brotou, porque a terra não era profunda.

⁶ Mas quando saiu o sol, as plantas se queimaram e secaram, porque não tinham raiz.

⁷ Outra parte caiu entre espinhos, que cresceram e sufocaram as plantas.

⁸ Outra ainda caiu em boa terra, deu boa colheita, a cem, sessenta e trinta por um.

⁹ Aquele que tem ouvidos para ouvir, ouça! "
((Mt. 13:3-9, Nova Versão Internacional).

Ao explicar essa parábola, Jesus diz que a semente que caiu à beira do caminho se refere a alguém que teve acesso à mensagem divina, mas não a entendeu, e então “o Maligno vem e lhe arranca o que foi semeado em seu coração” (Mt.13:9 Nova Versão Internacional). Assim, a princípio, pode-se relacionar essa primeira semente ao primeiro leitor, ou o primeiro sujeito-leitor, aquele que ouviu, mas não compreendeu o discurso, pelo fato de não ter absorvido o que foi dito, o que fez com que se perdesse, ocasionando o processo de esquecimento.

Já a semente semeada em um terreno pedregoso, Jesus diz que “é aquele que ouve a palavra e logo a recebe com alegria. Todavia, visto que não tem raiz em si mesmo, permanece por pouco tempo”, e “ele logo a abandona”, por conta de alguma adversidade que venha a surgir (Mt.13:20-21 Nova Versão Internacional). Esse segundo sujeito-leitor seria aquele que ouve todo o discurso, o entende a partir do seu espaço de enunciação, como ele se encaixa e como ele produz sentido, mas a partir de outras ideologias que surgem, ele o deixa de lado e não se aprofunda nele.

A que foi semeada junto aos espinhos “é aquele que ouve a palavra, mas a preocupação desta vida e o engano das riquezas a sufocam, tornando-a infrutífera” (Mt.13:22 Nova Versão Internacional). Assim, esse terceiro sujeito-leitor poderia ser comparado a alguém que, por exemplo, é um senhor, na época da escravidão, e lê um texto escrito por um escravo, e o seu orgulho não o deixa se colocar no lugar

daquela pessoa, ou seja, ele apenas ouve, mas para ele não significa nada, pois possui outras preocupações.

Por fim, o quarto sujeito-leitor seria aquela semente semeada em terra boa, “que ouve a palavra e a entende” (Mt.13:23 Nova Versão Internacional), ou seja, o próprio analista do discurso, que busca todas as partes que formam aquele discurso, e tenta buscar a sua completude, ao apresentar diversas possibilidades de interpretações, ao buscar as condições de produção, ideologias do sujeito-autor, o espaço de enunciação em que foi proferido, dentre outros aspectos, internos e externos, que moldam o que foi dito.

Assim, as possibilidades de leitura surgem, pois cada pessoa tem suas próprias ideologias ou propósitos a serem conquistados através de um discurso, o que o faz agir de tais formas diante do que foi proferido:

[...] visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar (Foucault, 1970).

Em conclusão, as inúmeras possibilidades de leitura de um discurso são moldadas pelas ideologias e intenções individuais. Cada pessoa interpreta e reage ao discurso de maneira única, baseada em seus próprios desejos e propósitos. Como Foucault (1970) aponta, o discurso não apenas manifesta ou oculta o desejo, mas torna-se o próprio objeto do desejo. Além disso, a história demonstra que o discurso não é apenas um reflexo das lutas e sistemas de dominação, mas também aquilo pelo qual se luta e o poder que se busca conquistar. Dessa forma, a análise do discurso revela a complexidade das relações de poder e a diversidade de significados atribuídos, destacando a importância de compreender a linguagem como um instrumento de resistência e transformação social.

3 PERÍODO DE ESCRAVIDÃO NO BRASIL

O período de escravidão no Brasil foi uma época marcada por muita desigualdade social, pois a escravidão foi uma das, ou até mesmo a principal base econômica brasileira por um longo período, pelo fato de ser utilizada em diversas atividades como a agricultura, mineração, construção e serviços domésticos dos portugueses que se mudavam para o país.

Desde que o Brasil se tornou colônia de Portugal, a partir do século XVI, os colonizadores observaram as riquezas do país e decidiram explorá-lo. Como viram que poderiam lucrar com os achados, buscaram uma mão de obra para alcançar seus objetivos. Mas, de acordo com Pinsky (2010, p.15) “antes de chegar à escravidão negra, a História do Brasil, já em seu primeiro século, registra a utilização do trabalho do índio”.

Assim, a princípio, os portugueses conseguiam o trabalho desses povos em troca de objetos que eles não conheciam, como espelhos, facas, aguardente, em um processo chamado “escambo”. Quando essas trocas se tornaram desfavoráveis aos índios, pelo fato de já terem sanado sua curiosidade, uma parte deles começou a trabalhar sob regime de assalariamento, os “recrutados em aldeamentos jesuíticos no litoral”, “mas a maioria era submetida à escravidão” (Marquese, 2006, p.111).

Além disso, eles iniciaram o processo de escravização no Brasil pelos indígenas, pelo fato de que “um escravo africano custava, na segunda metade do século XVI, cerca de três vezes mais que um escravo índio”, mas, com o passar do tempo, surgiram “várias epidemias no litoral brasileiro (como sarampo e varíola), os escravos índios passaram a morrer em proporções alarmantes”. Dessa forma, “na década seguinte, em resposta à pressão dos jesuítas, a Coroa portuguesa promulgou leis que coibiam de forma parcial a escravização de índios” (Marquese, 2006, p.111).

Ademais, com o passar do tempo, como percebido, essa mão de obra foi trocada, pois a intenção era que o processo de “grande lavoura” continuasse e a riqueza aumentasse, momento em que se iniciou, no Brasil, o tráfico de pessoas oriundas do continente Africano, ainda no século XVI. Elas eram, basicamente, sequestradas por esses comerciantes, tiradas de suas casas, seu país, e levadas a outro continente, em uma situação deplorável dentro do porão do navio negreiro,

como era chamado, e muitas delas não sobreviviam às condições desumanas que viviam na viagem: “quando o navio negreiro aportava, eram embarcados no porão em grupos de 300 a 500 indivíduos, em uma viagem que poderia durar de 30 a 50 dias. Para que coubesse mais pessoas, os suprimentos eram diminuídos” (Amaral, 2011, p.12).

Outrossim, esses escravizados não eram vistos como pessoas, e sim como “coisas”, não possuíam direitos, deveres, além de serem tirados de suas terras, como, por exemplo, os africanos que não saíram de seu país por vontade própria; assim, também, foi para os índios, que eram arrancados de suas aldeias e submetidos a um trabalho forçado. Segundo Pinsky (2010, p.9) “a escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro, de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força”, ou seja, é alguém que poderia ter desejos e vontades, mas que não poderia realizá-los. Portanto, as condições de vida dos escravizados eram bastante precárias, pois eles eram considerados como uma propriedade de seus donos, porque podiam ser comprados, vendidos e até maltratados, sendo submetidos a castigos físicos severos. Além do fato de que as jornadas de trabalho eram muito longas e extremamente cansativas.

Dessa forma, os subcapítulos a seguir irão tratar, mais especificadamente, de como viviam as mulheres escravizadas, suas condições sociais, como eram vistas e tratadas, quais os trabalhos que exerciam; sobre a relação dos escravos com a escrita; e, por fim, a influência religiosa apresentada a esses povos através dos colonizadores.

3.1 As mulheres escravizadas

As mulheres que eram escravizadas, além de serviços domésticos e nas lavouras, eram tidas como objeto sexual de seus senhores, ou dos filhos deles, além de serem amas de leite. Elas, basicamente, viviam para seus patrões e as famílias deles, como será possível perceber no decorrer deste capítulo.

A princípio, com o início da colonização no país, nota-se com a chegada dos portugueses um choque entre as diferentes culturas. As índias brasileiras andavam

nuas, e isso era um costume de suas tribos, já os europeus andavam sempre vestidos, o que causou um certo estranhamento de início, mas logo se iniciou o processo de miscigenação. Mas, “mesmo grávida, a mulher indígena servia ao campo e aos homens”, ou seja, eram sempre exploradas (Baseggio & Silva, 2015, p.21), assim:

Surge a visão da mulher indígena como escrava sexual destes homens, pois a mesma tinha em sua cultura, uma visão sem impedimentos e tabus sexuais.

Assim, as índias no período colonial são vistas como objetos sexuais, como símbolos do pecado, com corpos nus, curvas, cabelos pretos e pele parda, em comparação à palidez sem graça das mulheres europeias (Baseggio & Silva, 2015, p.22).

Além disso, com a chegada das mulheres africanas, continuou a ocorrer a exploração de serviços e a sexual. Com o pensamento de aumentar a mão de obra, os colonizadores pegavam essas mulheres, tanto as negras quanto as índias, para procriar, e assim é perceptível o que disse Freyre (2013, p.51) “Não há escravidão sem depravação sexual”.

Como exemplo disso, têm-se o livro Escrava Isaura (2010), apesar de ser uma obra que tem como um dos temas principais o amor de uma escrava por um “homem branco”, também possui exemplos de como as mulheres eram tratadas sob a condição de escravas; retratando a história dessa moça, mestiça, filha de pai branco e uma mãe escrava negra, que teve a oportunidade de aprender a ler e escrever por ter a pele mais clara e ser considerada uma mulher bonita.

A mãe de Isaura era mucama na casa de um comendador, ou seja, ela era responsável por cuidar da casa, fazer companhia à dona da casa e amamentar os filhos do casal, além de se tornar amante dele por conta das ameaças que ele fazia, e, como explícito no livro, ele “sujeitou a mulata a tão rudes trabalhos e tão cruel tratamento, que em breve a precipitou no túmulo, antes que pudesse acabar de criar sua tenra e mimosa filhinha” (Guimarães, 2010), ou seja, ela foi tão maltratada e violentada que não resistiu e faleceu ainda jovem.

Assim, em uma obra da segunda geração do romantismo percebem-se relatos de como eram tratadas essas mulheres. Sendo vistas apenas como objetos, e utilizadas como seus senhores queriam e quando queriam, sem possuir vontade própria. Estavam sujeitas a abandonar suas vidas e suas famílias fazendo somente o que os seus senhores lhes obrigavam.

3.2 Os escravos e a escrita

De acordo com Fonseca (2002, p.11), no ano de 1835 “foi legalmente determinado que os escravos não poderiam frequentar escolas e que estas seriam franqueadas somente pelos homens livres”. Mas, mesmo que fossem proibidos de ir à escola, sabe-se que eles aprendiam a ler e a escrever de outras formas.

Logo depois, em 1860, segundo Fonseca (2002, p.11) “a escolarização – ou algo muito próximo disso – passou a ser apresentada como uma dimensão fundamental para a vida dos escravos e libertos”, pois era o que muitas vezes diferenciava um escravo de um homem livre; e o que, as vezes, melhorava a situação dessa pessoa, por conta dos trabalhos que poderiam prestar caso soubesse ler e escrever.

Além disso, sobre a relação dos escravos com a escrita, segundo Luz (2013, p.76) alguns chegavam ao Rio de Janeiro já sabendo “falar, ler e escrever em português”, isso porque já aprendiam no seu país de origem, a África. Outros, já aprendiam através do contato com os portugueses e com os mercadores. E há também aqueles que aprendiam para exercer algum trabalho dentro das fazendas. E ainda alguns que foram ensinados por padres jesuítas.

Assim, entende-se que era, de alguma forma, importante para essas pessoas escravizadas o fato de saberem/aprenderem a ler e escrever. Pois, através disso, poderiam ter “condições de trabalho menos severas e adversas, como as da lavoura, das charqueadas ou dos engenhos, por exemplo” (Peres, 2020, p.156), podendo possuir outros ofícios, como ensinar crianças a ler e escrever, por exemplo.

Ademais, a escrita das pessoas escravizadas era a maneira encontrada para expor “os horrores do tráfico e da escravidão”. Tanto que a maioria dos escritos de escravos possuíam temas como “a rotina do cativeiro e da liberdade, alforrias, assim como a conversão religiosa e o cenário político das lutas abolicionistas e antiescravistas” (Felisberto, 2023).

Por outro lado, essa não foi a realidade de todos os escravos que viviam no Brasil. O ato de aprender a ler era também visto como um crime, pois de acordo com Morais (2007, p.500), ao prestar “contas à Justiça”, os escravizados não poderiam ao menos “revelar suas capacidades de ler e escrever” porque “poderiam ser vistas como a posse de uma ferramenta perigosa nas mãos de sujeitos que não as deviam

portar". Ou seja, era algo proibido, apesar de haver algumas exceções como percebido nos parágrafos anteriores, a realidade em geral era diferente.

Dessa forma, percebe-se o quanto adquirir a habilidade de escrita é/foi de grande importância para os escravos, tanto na época em que escreveram, quanto para o início das lutas abolicionistas, quando esses escritos foram somados aos textos abolicionistas, e para que todos os brasileiros entendam o que de fato ocorreu naquele período, mesmo que sendo proibido, na maioria dos casos, esses relatos são bastante relevantes para a história brasileira.

3.3 A influência religiosa no Brasil colônia

Com a chegada dos colonizadores no Brasil iniciou-se o processo de "catequização" através dos padres jesuítas. Eles ensinavam aos índios sobre o catolicismo, e posteriormente aos africanos traficados. E acabaram utilizando isso para a realização do processo de escravização, usando até mesmo como justificativa para tal ato:

[...] a religião funcionava como justificativa última da escravidão, na medida em que tudo o que acontecia com o escravo seria para o seu bem, para a salvação de sua alma. Mas era importante que também o escravo fosse cristão: abandonando sua religião de origem ele perderia um importante referencial de sua vida como homem livre e adotando o catolicismo teria como se conformar com sua condição. Assim, o escravo não apenas podia ser católico: ele tinha de sê-lo (Pinsky, 2010).

Assim, as pessoas escravizadas começavam a ser persuadidas a pensar que realmente teriam que se conformar com aquelas condições de vida para que pudessem obter a salvação; havia uma relação com seu senhor como se ele fosse um deus, distorciam o evangelho de Jesus Cristo para que eles fossem submissos àqueles que os escravizavam. Prometendo que todas as suas necessidades seriam sanadas se cumprissem o seu dever:

Porque a virtude do homem – dizia a religião para o escravo – estava em trabalhar duro para o seu sustento; em conformar-se e se manter manso (Cristo não o fora?); em submeter-se à ordem vigente, em respeitar o senhor e em arrepender-se das faltas – mesmo pequenas – que eventualmente cometesse (Pinsky, 2010).

Além disso, junto com o catolicismo, eles apresentaram o batismo aos escravizados, mas, ao invés dos valores bíblicos, era imposto que assim que

chegassem “ao seu local de trabalho – fazenda ou cidade” – iriam ser batizados e mudar seu nome para um “nome cristão”, como uma espécie de iniciação na vida escrava. Isso, nos movimentos abolicionistas, foi questionado, pois começaram a perceber que eles deveriam ser mansos e conformados enquanto seu trabalho era迫使ido e presenciavam e sofriam situações de violência, ou seja, era pregado, mas não era executado, apenas um lado teria que obedecer e sofrer (Pinsky, 2010).

Consequentemente, com o passar do tempo, algumas pessoas adotaram o catolicismo como sua religião, e começaram a seguir suas doutrinas, por livre vontade ou para a aprovação do senhor da fazenda em que trabalhavam. E assim, a religião possuiu grande influência no Brasil colônia.

4 A CARTA DE ESPERANÇA GARCIA

Neste capítulo, será apresentada a carta de Esperança Garcia na sua versão original e a transcrição da carta em português atual (tradução livre). Para que, posteriormente, seja realizada a análise do texto, que é de fundamental importância para os estudos na área da AD.

Carta Original

“Eu Sou hua escrava de V.S administração do Cap.^{am} Anto^º Vieira de Couto, cazada. Desde que o Cap.^{am} p^a Lá foi administrar, q. me tirou da Fazd^a dos algodois, onde vevia co meu marido, para ser cozinheira da sua caza, onde nella passo m^{to} mal. A primeira hé q. há grandes trovoadas de pancadas enhum Filho meu sendo huã criança q lhe fez extrair sangue pella boca, em mim não poço esplicar q Sou hu colcham de pancadas, tanto q cahy huã vez do Sobrado abacho peiada; por mezericordia de Ds esCapei.

A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confeçar a tres annos. E huã criança minha e duas mais por Batizar. Pello ã Peço a V.S pelo amor de Ds e do Seu Valim ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar a Porcurador que mande p. a Faz^da aonde elle me tirou pa eu viver com meu marido e Batizar minha Filha.

De V.Sa. sua escrava Esperança Garcia”
(Garcia, 1770).

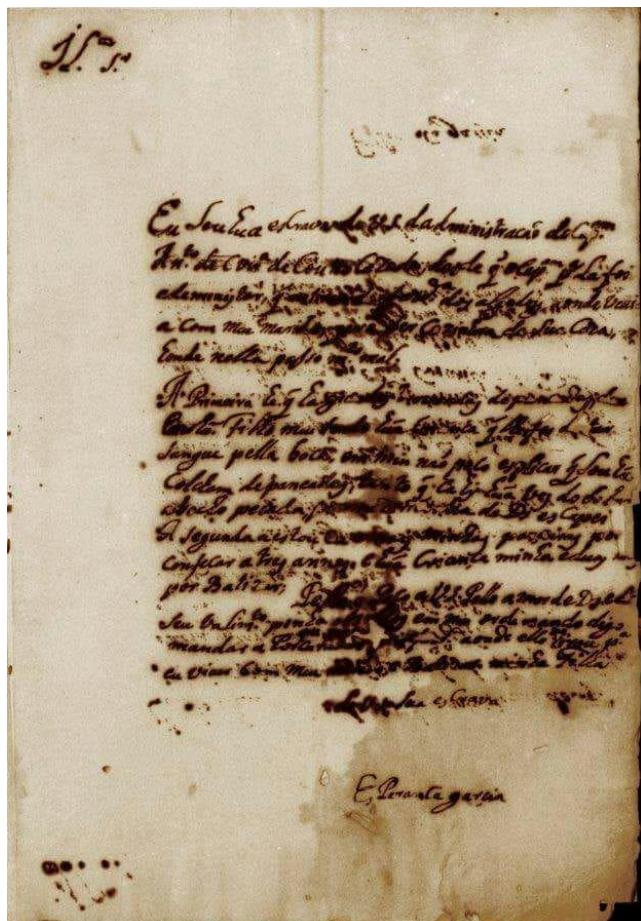
Transcrição

“Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal.

A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordenando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda de onde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha” (Transcrição da carta em português atual, tradução livre).

Para melhor visualização da carta, e para que o leitor tenha noção de como ela foi estruturada, abaixo será disponibilizada uma imagem, para que se possa observar a caligrafia, para realização da análise posteriormente:

Imagen 2 – Carta de Esperança Garcia



Fotografia: Paulo Gutemberg, s.d.

4.1 A Carta de Esperança Garcia do século XVIII ao século XXI

A Carta de Esperança Garcia é um importante documento que retrata a vida de pessoas escravizadas no Brasil, mas especificadamente no Estado do Piauí. Nela é possível perceber como viviam os escravos no século XVIII, as situações de maus tratos, a forma como eram negligenciados, a formação identitária de um sujeito e como este escrito é importante para se entender melhor sobre a cultura brasileira desde a colonização.

Essa Carta partiu de algo desconhecido, na época em que foi escrita e enviada, a ser considerada uma petição por conta das características que possui.

Além disso, somente em 1979 a carta foi encontrada pelo historiador Luiz Mott, no arquivo público do Piauí, e foi considerada um documento histórico.

Ademais, em meio ao cenário da escravidão no Brasil colonial, a figura de Esperança Garcia emerge como um símbolo de resistência e luta por dignidade. Nascida na fazenda Algodões, em Oeiras, Piauí, ela foi uma mulher negra escravizada no século XVIII que, apesar das condições opressivas, encontrou na escrita uma poderosa arma para denunciar as injustiças que sofria.

Em 1770, Esperança Garcia escreveu uma carta endereçada ao governador do Estado, uma ação notável para alguém em sua condição. Nessa carta, ela relatava os maus-tratos sofridos por ela, seu filho e suas companheiras nas mãos de seu senhor, o Capitão Antônio Vieira do Couto. Além de fazer uso de uma linguagem formal e respeitosa, em que detalhava os abusos físicos que enfrentava e presenciava.

Além disso, a carta de Esperança Garcia é um testemunho doloroso das condições desumanas enfrentadas por escravos brasileiros. No entanto, ela também é uma prova poderosa da coragem e resiliência da autora, ao utilizar a escrita para denunciar sua situação; ela subverteu as normas sociais de sua época, reivindicando sua voz em um mundo que tentava silenciá-la.

Com isso, o impacto da carta de Esperança Garcia transcende seu tempo. Em 1999, o Estado do Piauí instituiu o dia 6 de setembro, data da carta, como o Dia estadual da Consciência Negra, em homenagem à sua coragem e resistência. Sua história é um lembrete poderoso da capacidade dos oprimidos de lutar por seus direitos e dignidade, mesmo nas condições mais adversas (UOL, 2023).

Além disso, em 2017, “após dois anos de estudos sobre o teor e elementos da carta, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do Piauí acatou a solicitação da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra”, que é uma entidade da OAB que realiza o resgate histórico do período de escravidão do Brasil e busca formas de reparar, “reconheceu a carta de Esperança Garcia como um dos primeiros documentos jurídicos escrito por uma mulher no Piauí”. E, no mesmo ano, através do estudo “Dossiê Esperança Garcia: Símbolo de resistência na luta pelo direito”, ela foi reconhecida como a primeira advogada piauiense. Por fim, em 25 de novembro de 2022, a OAB Nacional concedeu a Esperança o título de Primeira Advogada Brasileira (UOL, 2023).

Dessa maneira, através de sua carta, ela não só expôs as crueldades da escravidão, mas também deixou um legado duradouro de resistência e busca por justiça. Sua voz, ecoando através dos séculos, continua a inspirar e a lembrar da importância da luta pelos direitos humanos e pela igualdade.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado com base no aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso Francesa, no qual, para reforçar os estudos da teoria de tal área, houve a leitura de artigos, textos, pesquisas em sites, obras, séries e filmes cinematográficos, utilizados para investigação e, como exemplos para explicar cada aspecto da AD em que foram anexados, a fim de facilitar o entendimento do leitor sobre a disciplina e, posteriormente, sobre a análise.

A pesquisa, de caráter qualitativo e interpretativo, fez uso da AD de linha francesa, que combina a análise textual e a contextual, buscando compreender os efeitos de sentido produzidos pelo discurso do sujeito. Assim, tem como principal fonte de dados a própria Carta de Esperança Garcia, datada de 6 de setembro de 1770, transcrita para o português atual.

Dessa forma, foram utilizados como principais bases referenciais: o livro "A Leitura e os Sujeitos Leitores Inscritos em um Livro Didático de Língua Portuguesa: Uma Análise Discursiva", de Silva (2020), a obra "Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos", de Orlandi (2005), o livro "A Escravidão no Brasil", de Pinsky (2010), "História do Negro no Brasil", de Amaral (2011) e "As Condições Femininas no Brasil Colonial", de Baseggio & Silva (2015).

Além disso, inicialmente, foi realizada uma leitura atenta da carta original e de sua transcrição para o português atual. Em seguida, foram identificadas as condições sócio-históricas, o espaço de enunciação, a identidade do enunciador, o público-alvo, e o gênero discursivo utilizado na carta. E, através do método de AD, foram analisadas as ideologias presentes e as formações discursivas que moldam o discurso do sujeito-autor. Além dos possíveis efeitos de sentido que podem surgir do enunciado, levando em consideração os aspectos linguísticos e extralingüísticos.

Ademais, as obras referenciadas foram utilizadas para fundamentar a análise e corroborar a interpretação dos dados obtidos. E, todo o processo de pesquisa foi realizado respeitando os princípios éticos, garantindo a integridade e autenticidade dos dados, e reconhecendo devidamente as fontes utilizadas.

Dessa maneira, para entender as formações discursivas dos sujeitos presentes no escrito buscou-se levar em consideração o contexto histórico e social,

discursivo e ideológico. Indo do objeto ao espaço de enunciação para chegar-se às diversas possibilidades de leitura que possui.

6 ANÁLISE DA CARTA DE ESPERANÇA GARCIA À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCES

A Carta de Esperança Garcia, como dito anteriormente, é um documento essencial para a compreensão das condições de vida dos escravos no Brasil do século XVIII, especialmente no Estado do Piauí. Essa análise utilizará os pressupostos teóricos da AD francesa, que comprehende o discurso como um fenômeno complexo, influenciado por diversas condições sócio-históricas e ideológicas.

Dessa forma, este capítulo enfatiza a construção dos sujeitos presentes no discurso da *Carta de Esperança Garcia*, buscando analisá-la através de reflexões a respeito dos aspectos identitários, sociais e históricos à luz do aparato teórico-metodológico da AD. Assim, nos subcapítulos a seguir serão exploradas as condições de produção que o cercam, suas ideologias, formações discursivas e suas possibilidades de leitura.

6.1 A Carta de Esperança Garcia pela perspectiva da AD

Primeiramente, ao entender que as condições de produção se referem ao contexto sócio-histórico, ao espaço de enunciação, à identidade do enunciador, ao público-alvo e ao gênero discursivo da carta, ao observar a Carta de Esperança Garcia, entende-se que o contexto é o Brasil colonial, onde a escravidão era uma prática comum e legitimada pela elite dominante.

Além disso, é perceptível o fato de que a carta foi escrita em uma época em que a escravidão era uma instituição profundamente enraizada na sociedade brasileira, com escravos sendo tratados como propriedade, como foi descrito no capítulo 2. E, como era comum, eles viviam diante da desigualdade social e a opressão.

Ademais, ao observar o sujeito do discurso, percebe-se que se trata de uma mulher escravizada, mãe e religiosa, que corajosamente utiliza a escrita como forma de denunciar os abusos e de reivindicar seus direitos. Endereçando uma carta ao governador da província do Piauí, uma figura de autoridade, ela apela por justiça e misericórdia.

Para tal ato, o sujeito faz uso de um texto com uma estrutura formal com um pedido explícito de intervenção, caracterizada como uma petição. Fazendo, também, uso de suas ideologias, religiosas e sociais, para formar seu discurso: ao fazer uso de frases como "por misericórdia de Deus escapei" e "pelo amor de Deus, ponha os olhos em mim"; ao se preocupar com a confissão e o batismo de seus filhos; além das relações de poder entre escravos e senhores, e entre escravos e as autoridades coloniais, fazendo com que o sujeito reconheça sua posição inferior e mesmo assim reivindique seu direito à justiça; e o reforço da sua identidade social como mãe e esposa, destacando a separação de sua família como uma injustiça que deve ser corrigida.

Outrossim, os efeitos de sentido produzidos pelo discurso de Esperança Garcia são múltiplos, podendo-se destacar os seguintes: o apelo à empatia e à justiça, ao descrever os abusos sofridos e a referência à religião, que visam motivar uma ação justa no destinatário; o discurso em si é um ato de resistência e coragem, demonstrando que, mesmo em condições adversas, os escravos encontravam maneiras de lutar por seus direitos; a visibilidade da opressão e das condições desumanas vividas pelos escravos, funcionando como um documento histórico que denuncia a escravidão etc.

Dessa forma, a análise da Carta de Esperança Garcia, utilizando a Análise do Discurso francesa, revela a complexidade do discurso produzido por uma mulher escravizada que, apesar das adversidades, encontrou na escrita uma forma de denunciar as injustiças e reivindicar seus direitos. As condições de produção, as ideologias, formações discursivas e os efeitos de sentido do texto, contribuem para uma compreensão mais profunda da história e da luta por direitos humanos no contexto da escravidão no Brasil. No subtítulo a seguir, será possível visualizar todas as frases da carta para melhor compreensão do que foi dito.

6.2 De V.Sa. sua escrava Esperança Garcia: como a sociedade molda a identidade, em uma possibilidade de leitura

Desde antes mesmo de se iniciar a leitura, é possível perceber o enunciador e o destinatário a quem o texto foi endereçado. A voz de alguém escravizado se dirige a alguém que possui uma posição de poder, dentro da sociedade em que vivem.

Isso é possível observar através das ideologias presentes na fala do sujeito-autor, que são marcas nítidas deste posicionamento.

Ao analisar a primeira linha da carta é notável a frase “eu sou uma escrava de Vossa Senhoria”, em que o sujeito se coloca em uma posição de submissão e respeito ao receptor da mensagem. Se tratando de alguém que teme e recebe ordens de uma pessoa tida como “superior” no meio em que vive. Que, além disso, vive sob a “administração do Capitão Antônio Vieira do Couto”, ou seja, está em uma posição inferiorizada (Garcia, 1770).

Ademais, ainda na mesma frase, o sujeito conclui “casada”, informação essa que pode ter um significado mais profundo, levando em consideração que esse ser se trata de uma mulher. Essa seria uma forma de impor respeito, mostrando que, apesar de ser uma escrava, ela seguia os valores morais da sociedade, e então poderia ser ouvida pelos seus superiores. Seguindo, assim, as ideologias impostas pela memória da sociedade, seja consciente ou inconscientemente.

A seguir, é dito que “desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal” (Garcia, 1770), em que o sujeito ressalta a situação que vivia e inicia suas reivindicações, mostrando que, apesar de seguir os valores morais sociais, foi tirado do lugar em que vivia e levado para outro, fazendo com que não cumprisse adequadamente com suas obrigações perante a sociedade e expondo seu espaço de enunciação, destacando a injustiça e a violação de seus direitos, expondo o contexto de opressão.

Assim, diz o que ocorre no lugar em que está: “a primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca”. Em que se percebe mais uma característica do sujeito, trata-se de uma mãe, mas não qualquer uma, mas a que presencia os maus tratos sofridos por um de seus filhos, e em seguida por ela mesma: “em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peiada” (Garcia 1770), em que ele expõe as condições desumanas que enfrenta, o que se passava naquele lugar.

Outro ponto a ser observado são os hábitos adquiridos pela presença do catolicismo imposto aos escravos desde o início da colonização, moldando suas crenças e práticas religiosas, como observado no capítulo 2, a crença desse sujeito,

que crê na misericórdia de Deus, e apela pelo fato de que está, junto com suas “parceiras”, a três anos sem confessar, e um de seus filhos e outras duas crianças sem realizar o batismo: “[...] por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar” (Garcia, 1770). Dessa forma, há a realização de uma possível maneira de convencer o superior, pois ele sabe que a religião é algo imposto pela sociedade, que segui-la o enquadra mais ainda como um cidadão que merece ser ouvido, ou seja, pode ser vista como uma estratégia discursiva para sensibilizar o destinatário da carta, e legitimar seu pedido de justiça.

Por fim, há um apelo, para valores familiares e religiosos, para que esse ser seja visto socialmente, finalizando com um pedido para que volte a seu esposo e que batize sua filha: “peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordenando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda de onde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha” (Garcia, 1770), trecho que não só revela suas condições de vida, mas também é um ato de resistência, reivindicando dignidade e justiça.

Diante disso, é perceptível que o sujeito autor da carta é uma mulher escravizada, que é mãe (não se sabe de quantos filhos), e religiosa, que passou e presenciou situações de maus tratos, que foi resistente e corajosa, ao ponto de escrever ao maior superior de uma província, o governador, reivindicando seus direitos enquanto cidadã brasileira, ou seja, a justiça e melhores condições de vida para ela, suas parceiras e sua família. O que é visível, pois a carta expõe as relações de poder entre os escravos e seus senhores, revelando a violência e a opressão sistemática, pois ao escrever, esse sujeito-autor subverte essa hierarquia social, contrariando um contexto que tentava silenciá-la.

Ainda, há diversos efeitos de sentido que podem ser observados no discurso. Por exemplo, ao detalhar os abusos sofridos e presenciados é perceptível a forma como a linguagem utilizada pode provocar empatia e compaixão no leitor, ao detalhar de maneira suscinta a violência e a brutalidade no tratamento que pessoas escravizadas recebiam. Além do apelo aos valores cristãos, que visa sensibilizar a autoridade, ao utilizar uma ideologia religiosa dominante da época, expressando seu desejo de voltar para a fazenda, ficar com seu marido, a ter dignidade, mostrando a sua resistência àquela situação que vivia. Assim, todos esses meios podem ser

vistos como uma estratégia discursiva para convencer o sujeito-leitor a acatar o seu pedido.

Ademais, o sujeito-autor desse discurso se coloca como um sujeito que tem voz, e utiliza a escrita para reivindicar seus direitos e denunciar os abusos sofridos, mesmo vivendo em uma sociedade em que a alfabetização aos escravos era negada, percebe-se essa coragem, que também é vista na própria linguagem inserida, que é formal e respeitosa, que mostra o quanto conhecia sua posição social em relação ao governador da província do Piauí, o que pode ser visto como uma estratégia discursiva para se obter uma resposta positiva.

É importante ressaltar o contexto social em que o sujeito se encontrava – as condições de produção, o espaço de enunciação, e até mesmo o uso da memória do que aprendera no decorrer da vida – que moldaram o sujeito com ideologias próprias que formaram este discurso, que, apesar de pequeno, entrega diversas possibilidades de leitura, a partir da formação identitária desse ser. Pois, a carta é mais do que um pedido de misericórdia; é um ato de resistência e reivindicação de dignidade. Assim, a análise do discurso revela como, através da escrita, ela desafia a ordem social estabelecida e reivindica seu lugar como uma pessoa digna de respeito e justiça.

Dessa maneira, o ato de escrever e enviar essa carta mostra uma compreensão profunda de como os mecanismos de poder e autoridade funcionavam, e a escolha de palavras e estrutura revela uma habilidade em manipular esses mecanismos para tentar obter uma resposta favorável. O sujeito, portanto, não apenas se coloca como uma vítima, mas também como uma agente de mudança, utilizando as ferramentas disponíveis para lutar por seus direitos e por uma vida melhor para si e sua família.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta de Esperança Garcia se revela um documento de incomensurável valor histórico e social, não apenas pelo seu conteúdo, mas pelas circunstâncias e coragem envolvidas na sua elaboração. Pois, ao escrever ao governador da Província do Piauí em 1770, Esperança não só expôs as condições brutais da escravidão, mas também reivindicou dignidade, justiça e direitos, utilizando a escrita como forma de resistência.

Dessa forma, a análise da carta revelou-se um estudo profundo e revelador das condições de vida dos escravos no Brasil colonial, mais especificadamente no Estado do Piauí, que, através do aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, foi possível visualizar o que permeia este documento histórico e compreender o contexto sócio-histórico, as ideologias e formações discursivas presentes no discurso.

Pois a carta, escrita por uma mulher escravizada, mãe e religiosa, destaca-se não apenas pelo conteúdo de suas reivindicações, mas pela coragem e resistência expressas através da escrita. Porque, ao endereçar sua mensagem ao governador da província, Esperança Garcia utilizou uma estratégia discursiva que incluía a formalidade, o apelo à religião e a ênfase nos valores morais da sociedade da época, para legitimar seus pedidos de justiça e melhores condições de vida.

Assim, foi possível observar as condições de produção, através do contexto sócio-histórico do Brasil colonial, marcado pela escravidão e a desigualdade social, e a posição do sujeito-autor como uma mulher escravizada, mãe e religiosa; a identidade e as ideologias, que foram moldadas pelas condições sociais e religiosas impostas pela sociedade colonial, através de sua autodenominação como "escrava de Vossa Senhoria" e "casada", que reflete as ideologias dominantes e a tentativa de legitimar seu pedido através da conformidade com os valores morais e religiosos da época; dos efeitos de sentido do discurso, que é rico em apelos à empatia, justiça e dignidade, utilizando detalhamentos dos abusos sofridos e referências religiosas para sensibilizar o destinatário, tornando-se um ato de resistência e coragem; e as estratégias discursivas, através da utilização de uma linguagem formal e respeitosa, combinada com o apelo aos valores cristãos, revela uma compreensão profunda dos

mecanismos de poder e autoridade, e como manipulá-los para tentar obter uma resposta favorável.

Desta maneira, a carta de Esperança Garcia transcende seu tempo, servindo como um poderoso testemunho das condições desumanas enfrentadas pelos escravos e da coragem daqueles que se levantaram para denunciar essas injustiças. Sua história não só ilumina um capítulo sombrio da história brasileira, mas também inspira a contínua luta por direitos humanos e igualdade.

Portanto, ao realizar a análise, reafirma-se a importância da Análise do Discurso como uma ferramenta vital para compreender não apenas os textos em si, mas as complexas interações entre linguagem, sociedade e poder. O estudo da carta de Esperança Garcia permite uma compreensão mais profunda da história, ao mesmo tempo em que homenageia a resistência e a voz de uma mulher que, mesmo em meio à opressão, encontrou na escrita uma forma de lutar por justiça e dignidade.

Assim, através da Análise do Discurso (AD), foi possível mergulhar nas entrelinhas desse documento, percebendo que há diversas maneiras de significar, através das ideologias e contextos sócio-históricos que permeiam suas palavras, pois a linguagem empregada pelo sujeito do discurso, suas escolhas discursivas e o apelo aos valores religiosos dominantes da época refletem um profundo entendimento das dinâmicas de poder e uma estratégia consciente para alcançar seus objetivos.

Dessa forma, as análises realizadas demonstram como a memória social e as condições de produção influenciaram a construção do discurso desse sujeito, como sua voz, moldada por uma vivência de opressão, emerge com força e clareza, mostrando não apenas a brutalidade do sistema escravocrata, mas também a resiliência e a coragem de uma mulher negra que, contra todas as probabilidades, fez sua voz ser ouvida.

Além disso, este estudo reforça a importância de abordagens teórico-metodológicas da AD, que permitem uma compreensão mais ampla e profunda dos textos, levando em conta não apenas sua materialidade, mas também os contextos e as ideologias que os permeiam. Através dessa lente, é possível perceber como a linguagem pode ser um poderoso instrumento de resistência e transformação social.

Por fim, através deste trabalho, espera-se ter contribuído para uma maior compreensão da complexidade e riqueza desse discurso, bem como para a valorização das vozes historicamente silenciadas, que encontram na análise do discurso um espaço de reconhecimento e afirmação. E também é esperado que contribua para facilitar a compreensão de futuros ingressantes na área da AD ou pessoas que desejam conhecê-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Almedina, s.d.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **História do negro no Brasil**. – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyes da. As condições femininas no Brasil Colonial. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 19-30, 2015. Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/hid_ead/article/view/1379>. Acesso em: 01 de nov. de 2024.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**: Nova Versão Internacional. Tradução de João Ferreira de Almeida. 3^a ed. São Paulo: Editora Vida, 2023.

BRASIL, L. L. **Michel Pêcheux e a teoria da análise do discurso**: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. Linguagem: Estudos e Pesquisas, Goiânia, v. 15, n. 1, 2011.

BRIDGERTON. [série de TV]. Produção de Shonda Rhimes; direção de Chris Van Dusen. Estados Unidos: Netflix, 2020.

GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

GARCIA, Esperança. **Carta a Gonçalo Lourenço Botelho de Castro**. 6 set. 1770. Disponível em: <<https://esperancagarcia.org/a-carta/>>. Acesso em: 04 de set. de 2024.

GREGOLIN, Marida do Rosario Valencise. **A Análise do Discurso**: conceitos e aplicações. São Paulo: Alfa, 1995. 39: 13-21

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil**: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos Estudos CEBRAP, n 74, mar. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007>. Acesso em: 31 de out. 2024.

FONSECA, Marcus Vinicius. **A educação dos negros**: uma nova fase do processo de abolição do trabalho escravo. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed.

LUZ, Itacir Marques. Alfabetização e escolarização de trabalhadores negros no Recife otocentista: perfis e possibilidades. **Revista Brasileira de História da Educação**. v.13. n.1 [31]. 2013, p.69-94.

ORLANDI, Eni. Michel Pêcheux e a análise do discurso. **Revista estudos Língua(gem)**, N.1, 2005.

_____. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos. 4^a ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** 13^a ed. Campinas: Pontes, 2020.

SHREK. Direção de Andrew Adamson e Vicky Jenson [Filme]. Estados Unidos: DreamWorks, 2001.

SILVA, Tarcilane Fernandes da. **A leitura e os sujeitos leitores inscritos em um livro didático de língua portuguesa:** uma análise discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

SIQUEIRA, Vinícius. Michel Pêcheux e a análise do discurso francesa. **Colunas Tortas.** 2024. Disponível em: <<https://colunastortas.com.br/michel-pecheux-analise-do-discurso-francesa/>>. Acesso em: 25 de out. 2024.

SPINELLI, Miguel. **Epicuro e as bases do epicurismo.** São Paulo: Paulus, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 2^a ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p. 152.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999.

PERES, E. (2020). A aprendizagem da leitura e da escrita entre negras e negros escravizados no Brasil: as várias histórias dos “sem arquivos”. **Cadernos De História Da Educação**, 19(1), 149–166. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/che-v19n1-2020-10>>. Acesso em: 01 de nov. de 2024.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil.** 1939. 21. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

UOL ECOA. 1^a advogada do Brasil foi mulher negra que denunciou maus tratos e abusos. Disponível em:<<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/01/03/conhecaesperanca-garcia-reconhecida-como-a-primeira-advogada-do-brasil.htm?>>